ATA

AUDIÊNCIA PÚBLICA DO OCTOGÉSIMO SEGUNDO PERÍODO LEGISLATIVO DA DÉCIMA PRIMEIRA LEGISLATURA DA CÂMARA MUNICIPAL DE BOA VISTA/RR, – PARA TRATAR SOBRE A REDUÇÃO DA MAIOR IDADE PENAL NO BRASIL.

Às dez horas do dia vinte e seis de maio de dois mil e quinze, no Plenário **"Estácio Pereira de Mello",** sito na Avenida Ene Garcez, número novecentos e noventa e dois, na cidade de Boa Vista, capital de Roraima, realizou-se a **Audiência Pública** do Primeiro Período Legislativo de dois mil e quinze da Décima Primeira Legislatura da Câmara Municipal de Boa Vista, sob a presidência do senhor vereador **ANTÔNIO ADBERTO RESENDE VERAS,** com a presença dos seguintes vereadores: **Alexandre Moreira dos Santos, Aline Maria de Menezes Rezende Chagas, Gabriel Mota da Silva, João Maria Mario Cesar Balduíno, José Flávio de Matos, Leonardo Rodrigues Moreira, Manoel Neves de Macêdo, Marcelo Rodrigues Batista, Mauricélio Fernandes de Melo, Mayara da Silva Ferreira, Mirian dos Reis Melo e Renato Andrade Queiroz.** Em ato contínuo o senhor Presidente abriu espaço para a realização da **Audiência Pública** para tratar sobre a Redução da Maior Idade Penal no Brasil e deu prosseguimento aos trabalhos. **Mestre Cerimonial (Uilma Vidal)** convidou para compor a Mesa dos trabalhos: Desembargador **Mauro Campelo -** Presidente do TER, **Dr. Mário Rosa -** Promotor da Infância e Juventude de MP/RR, **Dom Roque Paloschi -** Bispo da Diocese de Roraima, **Drª Joana Sarmento -** Juíza, neste ato representando a Drª Graciete Sotto Mayor, **Drª Maria Aparecida Cury -** Juíza de Direito, **Danilo Bezerra -** Assistente Social, **Ronildo Rodrigues** - Coordenador da Pastoral da Juventude do Regional Norte I da CNBB, **Professor Paulo Racoski -** Cientista Político e Professor do Instituto Federal de Roraima – IFRR, **Aldenor Pimentel –** Jornalista, **Thaís Santos – Universitária.** Vereador **Edilberto Veras –** Declarou aberta a Audiência Pública cumprimentando todos os presentes, e fez uma rápida explanação acerca da redução da maioridade penal que voltou a ser discutida na sociedade brasileira. Frisou que o Congresso Nacional está propenso a apreciar e votar o Projeto que trata do assunto em questão, e disse que tanto a família quanto o convívio social contribuem para o processo de formação de caráter dos jovens. Acrescentou que a falta de oportunidade e de inclusão social motiva o desvio de comportamento dos jovens para caminhos indesejados. Falou, ainda, que a falta de oportunidade no mercado de trabalho resulta no afastamento dos pais quanto ao controle da educação e formação do jovem e, dessa forma os mesmos ficam mais vulneráveis para os aliciadores. Salientou que antes de cuidarmos dos círculos viciosos que envolvem a juventude deveríamos cuidar das causas e que a partir de valores éticos, morais e religiosos, coloca-se contra a redução da maioridade penal, pois acredita que quanto mais reduzirmos essa maioridade, mais cedo as crianças migrarão para o crime. Em seguida a

Mestre de Cerimônia fez a leitura do Requerimento Nº 017 de autoria do Vereador Edilberto Veras que propôs a audiência pública com o tema: A Redução da Maioridade Penal. **Danilo Bezerra** – Cumprimentou todos os presentes e lamentou o fato de os vereadores não estarem todos presentes. Deixou claro que com a redução da maioridade penal aconteceria o encarceramento antecipado dos filhos dos pobres, além da violência e da reincidência, muito mais do que acontece hoje, porque, segundo ele, o sistema penitenciário brasileiro é uma escola do crime; que irá acontecer a falta de responsabilidade do poder público, que não faz nada ou faz muito pouco; que vai ser um grande retrocesso se essa Lei for aprovada. Acrescentou que se deve fazer um assistencialismo que é diferente de assistência social, ou seja, deve-se investir em projetos e programas assistencialistas, porque um dos problemas que contribuem para o ingresso desses jovens na criminalidade é justamente a descontinuidade dos programas de governo, pois não adianta investir em projetos e programas sociais se não se investe em políticas públicas de Estado; que esse é um dos problemas que acontecem em Roraima. Frisou que não acredita que o problema esteja no Estatuto da Criança e do Adolescente, mas na não aplicação deste estatuto, uma vez que o mesmo já traz medidas sócio educativas como: advertência, obrigação de reparar o dano, prestação de serviços à comunidade, liberdade assistida, semi liberdade e internação. Disse que ficou sabendo que em uma unidade de medida sócio educativa só havia seis sócios orientadores o que é muito pouco. **Thais Santos** – Cumprimentou todos os presentes, e disse que para se falar sobre a redução penal é preciso fazer três exercícios básicos: Primeiro ler integralmente e discutir com outras pessoas o Estatuto da Criança e do Adolescente, depois ter ido pelo menos uma vez visitar o Centro Sócio Educativo e finalmente acompanhar ou ter acesso ao mapa da violência, que é o que realmente vai mostrar como está a violência em nível de Brasil. Reclamou que é muito difícil serem noticiadas as ações feitas para ajudar os jovens, pois só é divulgado quando um jovem comete algum crime. Disse que por mais que essa lei seja aprovada ou não, o Estatuto da Criança e do Adolescente deve ser aplicado e não adianta criar lei se o Estado não for cumprido; que é necessário criar políticas públicas sérias que atinjam a juventude, bem como inseri-la no mercado de trabalho, visando, sempre, à prevenção para que esses adolescentes não entrem no tráfico de drogas e armas, e para que eles não sejam usados nas épocas de eleição como mais uma opção de mão de obra barata. **Ronildo Rodrigues** – Ressaltou o que a universitária Thais Santos explanou, e disse que esta Casa Legislativa aprovou um Projeto de Lei que cria o Conselho Municipal da Juventude, em 2013, porém o referido Projeto nunca saiu do papel, por isso solicitou que os vereadores cobrem da Prefeita a criação desse conselho da juventude. Com relação à redução da maioridade penal disse ser contra, porque sabe que há possibilidade de sobrevivência e de transformação desses jovens, basta aplicar de forma correta o Estatuto da Criança e do Adolescente, pois não se pode esperar que esses meninos e meninas entrem no mundo do crime para só depois querer fazer alguma coisa. Deixou claro que se deve analisar não se o adolescente deve ser responsabilizado ou não, pois ele já é responsabilizado a partir dos doze anos de idade, conforme o Estatuto da Criança e do Adolescente, mas sim que tipo de responsabilização será dada para esses adolescentes; que o Centro Sócio Educativo tem chances concretas de recuperação, ao contrário de um sistema prisional que é uma universidade do crime; que hoje a grande maioria que se encontra no sistema prisional

são jovens, negros e pobres, e isso é consequência da falta de educação, de saúde e de todas as políticas públicas possíveis. **Eduardo Queiroz –** Agradeceu o convite para fazer parte desta audiência pública, que em seu ponto de vista é muito importante para todos. Disse representar não somente a juventude do hip-hop, mas também a juventude roraimense como um todo. Apresentou alguns dados a respeito dos países que reduziram a maioridade penal nos quais se constatou que não houve redução nenhuma na violência, além do quê, o sistema penitenciário brasileiro não cumpre sua função social de controle em reinserção e reeducação dos agentes de violência; que o índice de reincidência nas prisões está em setenta por cento, já no sistema sócio educativo há reincidência de vinte por cento; que o movimento urbano, do qual ele é coordenador, é um projeto sócio cultural independente que trabalha com jovens, juntando educação, cultura e lazer. **Paulo Racoski –** Cumprimentou todos os presentes e disse que a sua contribuição seria relativamente curta, mas disse que é muito importante a Câmara Municipal abrir espaço para discussões como essa; que a sua experiência no campo educacional mostra que a saída não somente para este caso que é a violência urbana ou desagregação das famílias em todas as direções é a educação, em especial o modelo de educação integral do qual o Instituto Federal tem feito parte nos mais de vinte anos no Estado de Roraima. Acrescentou que a oportunidade do debate público é afirmar que toda essa relação de punição antecipada, por conta do critério cronológico, numa relação de índice de criminalidade, mostra que há uma necessidade efetiva de uma construção social que valorize as oportunidades e as igualdades de condições para todos os jovens brasileiros, independente de a sua idade ser ou não menos de dezoito anos. A saída para todo esse problema de violência é na realidade o processo educacional, do contrario iremos tornar o sistema prisional brasileiro altamente lucrativo, possivelmente com um alto padrão de abordagem a jovens negros da periferia brasileira. Dessa forma, produziremos então uma carnificina talvez comparada aos campos de concentração na segunda guerra mundial. **Dom Roque Paloschi –** Cumprimentou todos os presentes e agradeceu aos vereadores pelo convite. Sobre o tema, falou que a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil – CNBB é literalmente contra a redução da maioridade penal, pois se a prisão resolvesse o Brasil seria um dos países melhores de se viver pelo fato de ter um dos maiores números de presos no mundo. Disse que é mais fácil colocar na grade escolar do que na grade carcerária; que o defeito da sociedade brasileira é querer combater o efeito e não a causa. Frisou que quase metade da população não tem o ensino fundamental completo, e que mais de treze milhões dos jovens são analfabetos; que a diminuição da maioridade não resolve a questão somente encobre. Pediu para ler um poema escrito por um jovem, poema este que justifica o seu pensamento em ser contra a redução da maioridade penal. **Drª. Joana Sarmento –** Falou que o tema desta audiência é muito importante; que e o trabalho de conclusão de seu curso de pós-graduação foi exatamente a idade penal; que na ocasião fez uma versão resumida que foi publicada no jornal. Citou fatos acontecidos recentemente em que o pai de uma adolescente que foi morta junto com o namorado, por um menor de idade, se declarou ser contra a maioridade penal. Citou, ainda, o caso do médico que foi assassinado recentemente, no qual estão supondo que haja o envolvimento de menores, inclusive a própria viúva do médico disse que o caso dela está sendo usado pela mídia para tentarem aprovar a redução da maioridade penal. Falou que está sendo feita esta audiência pública no local errado, pois a mesma deveria ser feita na

penitenciária para que as pessoas que defendem a redução da maioridade penal tivessem coragem de falar se querem colocar algum familiar seu lá dentro, pois é muito fácil diminuir a maioridade penal, mas é preciso saber quais são as consequências, porque uma vez aprovada, aumentaria a massa da população carcerária num Estado ineficiente no qual muitas vezes os advogados, os promotores e os juízes ficam esperando o réu e este não é apresentado pelo sistema penitenciário por falta de combustível no veículo que iria conduzi-lo até o local do julgamento. Disse que acredita que a redução da maioridade penal irá ser um retrocesso, além de violar cláusula pétrea. **Drª. Maria Aparecida Cury –** Agradeceu o convite, disse não atuar na área da infância e da juventude no momento, pois é juíza do juizado da violência doméstica familiar contra a mulher, mas estava presente como defensora dos direitos humanos. Convidou a todos para realizar uma audiência pública debatendo a redução da maioridade penal dentro da Penitenciaria Agrícola de Monte Cristo para que conheçam o sistema penitenciário de Roraima e só depois desta audiência possam discutir para ver quem realmente é a favor da redução da maioridade penal. Ressaltou que a grande quantidade de crianças e adolescentes são vítimas dos crimes que praticam e não autores. Disse, ainda, que está enganado quem acredita que encarcerando esses jovens a violência irá diminuir, pois um estudo da UNESCO aponta que até 2050, quarenta mil jovens brasileiros morrerão pela violência, ou seja, temos que refletir e dar oportunidades, porque colocar os jovens no sistema penitenciário hoje é tirar deles qualquer chance de recuperação; que hoje estamos querendo dar uma solução imediatista política para o fato e todo ato gera uma consequência que no caso da redução da maioridade penal será gravíssima em longo prazo. **Aldenor Pimentel –** Parabenizou as pessoas que estão participando desta importante audiência, mas que deveria ter mais pessoas, porque o assunto envolve toda a população. Disse que é contra a redução da maioridade penal e que falava como pesquisador na área de comunicação e violência; que é contra porque acredita que a prisão não é o caminho; que ela castiga e nunca reeduca, e que existem modelos alternativos em outros países que são mais eficazes, simples e baratos. Um deles é a justiça restaurativa que foi criada na década de oitenta na Nova Zelândia e no Brasil há experiências pontuais com adolescentes em conflito com a Lei e algumas experiências com adultos presos. Outro método é o círculo restaurativo no qual reúnem o facilitador, a vítima o ofensor, familiares, amigos, professores etc. No caso do ofensor a sua comunidade de afeto não está ali para acobertar o seu erro, pelo contrário, os seus familiares estão para ajudá-lo a assumir as suas responsabilidades, os sentimentos de medo que provocou, e dessa forma levá-los a sentir vergonha pelo que fez. Isto o ajudaria a se arrepender e a querer reparar o mal feito. **Dr. Márcio Rosa –** Cumprimentou todos os presentes e iniciou o seu pronunciamento posicionando-se contra a redução da maioridade penal, bem como justificando que no Brasil falta a garantia dos direitos humanos fundamentais. Apresentou slides especificando esses direitos humanos fundamentais que são: vida, saúde, e alimentação que pra juventude são bastante importantes, uma vez que irão evitar que os jovens tenham contato com a violência e a criminalidade; que educação, esporte, lazer, profissionalização, cultura, dignidade, respeito, liberdade e convivência familiar e comunitária, esses são direitos que devem ser garantidos a todas as crianças e adolescentes no Brasil. Frisou que acredita que o ponto fundamental é a educação para que se tenha uma revolução social e para que se

combata a violência e a criminalidade, e isso é um dever do Estado, pois em seus quinze anos de Promotor da infância já atendeu um adolescente da sétima série que era analfabeto absoluto, ou seja, não sabia ler nem escrever, e isso é um absurdo; que tal desfuncionalidade existe para contribuir com a educação de má qualidade. Disse, ainda, que atende adolescentes que cometem atos infracionais e afirma que oitenta por cento dos que cometem esses atos são usuários de drogas e alguns começam a usá-las aos dez anos de idade. **Dr. Mauro Campelo –** Explicou que falar da redução penal é muito difícil e polêmico e que para entender esse tema, precisamos conhecer o cenário da estrutura social política e econômica do Brasil, bem como conhecer a experiência penal juvenil de outros países. Em seguida relatou um histórico sobre a idade da responsabilidade penal desde o Brasil colônia até os dias atuais, afirmando que ao se reduzir a idade penal e encaminhar pessoas para o sistema penitenciário, já se tem a experiência de um passado que não deu certo; que o Código de Menores Nº 6697 do ano de 1979, em seu artigo segundo, define as situações irregulares; que se for falar sobre essas situações chegaremos a conclusão de que na verdade não é o menor de dezoito anos que está em situação irregular, na verdade quem está em situação irregular é o Estado que não dá educação adequada para que esse menor saia das ruas e da marginalidade. Se essa Emenda for aprovada no Congresso, ela fere a Constituição, porque no Brasil, no ano de 1989 foi assinada uma convenção chamada Convenção dos Direitos da Criança, um documento internacional criado pela ONU, por aproximadamente cento e oitenta e dois países e que em seu texto relata que nenhum país que assinar a convenção pode piorar a situação da criança e do adolescente. Vereadora **Mirian dos Reis –** Parabenizou o Presidente da Câmara pela audiência pública, que segundo ele, foi muito valorizada pelos participantes, pois percebeu na fala de cada um sua propriedade sobre o assunto o que valorizou ainda mais o que seria discutido. Agradeceu por estarem presentes discutindo um assunto de grande interesse para a sociedade. Enfatizou que as pessoas que tratam esses adolescentes com tanta frieza tentando aprovar essa Lei, esquecem que esta medida irá atingir diretamente seus próprios familiares, sem contar que esses jovens são o futuro da nossa sociedade. Vereadora **Aline Rezende –** Parabenizou o Presidente pela iniciativa de trazer esta questão importante vivenciada em todo o País no momento. Agradeceu pelo pronunciamento de cada um dos convidados e disse que foi uma aula para todos que estavam assistindo; que em seu conceito a redução da maioridade não resolve a questão da violência, porque não se pode acreditar que a questão da violência que atinge os jovens decorre da maioridade ou da redução dela. Acredita que a solução para essa violência é dar uma boa educação para esses adolescentes alertando-os para os perigos do dia a dia e salientou que estava falando como mãe de uma adolescente de quinze anos. **Vereadora Mayara –** disse que acredita que no dia em que foi criada a maior idade de dezoito anos, isso foi muito bem estudado e muito bem discutido e hoje, também por questões políticas acreditam que esta seja a solução para a violência que se tem hoje em todo o país. Relatou que até hoje ainda não tinha um pensamento formado a respeito desse assunto, e falou que mesmo com toda a bela explanação de cada um dos convidados, faltou a presença de um contraponto, de outra posição para que se pudesse colocar na balança e entender como é que alguém, depois de apresentados tantos argumentos que acabamos de ouvir, consegue defender a redução da maioridade penal. Vereador **Marcelo Batista –** Explanou que esta é a hora de

decidirmos o que iremos querer para o Brasil, se são mais escolas ou mais presídios, pois é isso o que vai acontecer se essa Lei for aprovada; que sai desta audiência com mais convicção de que a redução da maioridade penal não é a solução para diminuir a violência no Brasil, e que a melhor forma de acabar com a violência é, com certeza, uma educação de qualidade, com escolas integrais e atividades extracurriculares para que se possa fazer medidas eficientes que diminuam os números de crimes cometidos por adolescentes. Parabenizou todos os presentes e todos os convidados por dar uma aula para as pessoas presentes nesta audiência; que ao sair da audiência iria procurar os Deputados Federais que conhece assim como os Senadores para levar para a eles alguns dados que obteve nesta audiência com o intuito de que eles possam pensar muito bem antes de votar a favor ou contra a maioridade penal. **Presidente –** Sugeriu que cada uma das pessoas que fizeram as suas explanações, fizessem um resumo para entregar para os vereadores que, junto com as sugestões deles, enviariam um documento e encaminhariam aos parlamentares de Boa Vista e ao Congresso Nacional. Vereador **Flávio do Padre Cícero –** Parabenizou o Presidente pela Audiência e agradeceu pela oportunidade de participar da mesma, pois era totalmente a favor da redução da maior idade penal e depois da aula que ele teve no decorrer das discussões se sentia obrigado a rever sua opinião e ajudar também nessa luta para que essa Lei não seja aprovada. Agradeceu a todos por esclarecerem as suas dúvidas. Vereador **Mauricélio Fernandes –** Falou que cada frase dita nesta audiência o levou a uma reflexão e a ter consciência de que realmente a aprovação desta Lei da maioridade não é benéfica para o Brasil. Pediu para que o Dr. Márcio Rosa repassasse cópias dos documentos referentes à referida Lei para a Presidência e para os demais vereadores para que possam levar esses dados ao conhecimento dos parlamentares das esferas federais, pois ficou surpreso com esse percentual apresentado de que apenas um por cento desses jovens fazem parte da criminalidade do Brasil. Vereador **Renato Queiroz** – Agradeceu e falou que é muito importante manter contato com pessoas que têm esse conhecimento e algum tempo atrás se posicionou publicamente que era contra e questionou de quem era a idéia de criar essa Lei. Frisou que pessoas de diversas áreas, intelectuais da área jurídica, professores e outros profissionais não foram a favor dessa Lei de redução da maioridade penal. Falou para os convidados que, eles como conhecedores das causas não podem fazer nada mais do que alertar o mal que pode causar se essa Lei for aprovada. Vereador **Manoel Neves –** Disse que é muito fácil apontar o dedo e acusar, como acontece hoje no Brasil, ou seja, muitas pessoas acusam, mas não veem o outro lado. Disse ate-nder muitos jovens que estão envolvidos com drogas no intuito de orientá-los. Deixou claro que jamais aceitará que essa Lei seja aprovada. Sugeriu que cada um fizesse uma campanha conscientizando os nossos representantes federais para que eles votem contra a referida Lei e cobrem dos governantes uma campanha conscientizando a sociedade, pois existem muitas pessoas que são a favor. **Ronildo Rodrigues –** Agradeceu a todos os vereadores presentes, e disse que foi a pessoa que solicitou a realização da audiência. Pediu que esta Casa não somente enviasse uma carta para os parlamentares federais, mas que os chamasse para um diálogo, juntamente com os vereadores e demais autoridades para explicarem o porquê de votar contra essa Lei. Outra solicitação foi que respondesse as políticas públicas da juventude em Boa Vista e se disponibilizou para ajudar no que precisasse. **Presidente –** Disse estar muito satisfeito. Agradeceu pelas explicações dadas

pelos convidados. Não havendo mais nada a tratar o senhor **Presidente** agradeceu a presença de todos e declarou encerrada a presente Audiência Pública 26 de maio de 2015. Plenário **"Estácio Pereira de Mello"**, Boa Vista/RR. XXXXXXXXXXXXXXXXXXX.

Antônio Adberto Resende Veras
Presidente